

Identidade pessoal e social: Entre a semelhança e a diferença

Joaquim Pires Valentim

O estudo da identidade no contexto das relações entre grupos tem vindo a pôr em causa a inevitabilidade da dicotomia entre individual e colectivo e da adequação das propostas teóricas baseadas num esquema de categorização rígida em “nós” e “eles”. Neste artigo, procede-se a uma breve revisão e discussão dessas questões no domínio da psicologia social. É dada uma atenção especial aos trabalhos que têm vindo a evidenciar o papel estruturante que as normas e as representações sociais sobre o indivíduo, as categorias sociais e os membros dessas categorias podem desempenhar na modulação das expressões da semelhança e da diferença.

PALAVRAS-CHAVE: categorização social; identidade pessoal; identidade social; relações intergrupos; representações sociais

Introdução

O estudo da identidade em psicologia social tem sido marcado pelo modelo da categorização e pelos seus desenvolvimentos no âmbito das investigações sobre as relações entre grupos. Trata-se de um domínio particularmente fecundo, não só pela riqueza de dados, hipóteses e modelos propostos, mas também porque, desde o início, se debate nas suas análises com problemas fundamentais da psicologia social, em especial, o da oposição entre individual e colectivo.

De facto, o desenvolvimento das concepções da identidade em psicologia social tem sido marcado quer pela “dessocialização” da identidade, quer pela ruptura entre o singular e o colectivo, entre a diferença e a semelhança. A isso não serão alheios factores externos à própria disciplina, determinantes fundamentais nas representações sociais da identidade nas sociedades modernas. Por um lado, resultado de um longo processo histórico, a generalização da importância da singularidade do indivíduo em termos dos modelos culturais dominantes nas sociedades ocidentais. Por outro lado, o nascimento dos nacionalismos, que constitui

¹ Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (e-mail: jpvalentim@fpce.uc.pt).

uma das marcas mais importantes da modernidade, fez-se (e faz-se), em boa medida, através de um apelo à “identidade nacional” que requer o apagamento, se não mesmo uma fagocitação, dos laços sociais. Num caso e noutra, facilmente a identidade é, primeiro, “essencializada” como algo de estável e fixo e, de seguida, promovida a mecanismo explicativo, quer de trajectórias individuais e colectivas, quer de processos interpessoais e entre grupos “dessocializados”.

Em termos mais específicos daquilo que analiso neste artigo, este tipo de concepções conduz a duas consequências importantes nos modelos da identidade: “tendem a ocultar a origem social da identidade pessoal dos actores sociais, em particular dos dominantes; (...) [e] conduzem à ideia de que a identidade pessoal só se pode elaborar através da rejeição da pertença grupal” (Lorenzi-Cioldi, 1988, p. 63).

Desde logo, a oposição entre individual e colectivo caracteriza a generalidade dos modelos teóricos no domínio do estudo da identidade. Esta distinção foi particularmente aprofundada por Mead (1934/1963). Na sua análise, é através das interacções sociais em que os indivíduos participam que o *self* se constrói. Para dar conta das especificidades individuais que se desenvolvem no interior de um espaço de interacções comuns, Mead considera o *self* como constituído por dois aspectos distintos: o *me*, componente sociológica que corresponderia à interiorização dos papéis sociais e das atitudes dos outros; o *I*, componente mais pessoal que corresponderia à reacção do indivíduo, quer às atitudes dos outros, quer às atitudes sociais interiorizadas no *me*. É na tensão entre esses dois elementos, pela “interacção” e pela “conversação” entre o *me* e o *I*, que o *self* se constitui.

A terminologia não foi adoptada, mas a distinção entre componente individual e componente colectiva na definição do *self* marca indelevelmente as elaborações teóricas sobre a identidade na psicologia social, através de uma progressiva distinção entre identidade pessoal e identidade social. Se a articulação entre estas duas componentes se encontra “latente em Mead” (Lorenzi-Cioldi & Doise, 1994, p. 95) sob a forma de uma oposição, será com a teoria da identidade social e da autocategorização que essa distinção se transforma rapidamente, e com um sucesso notável, numa dicotomia que tomará a forma de um antagonismo entre identidade pessoal e identidade social.

1. Da categorização à identidade social

Categorização social

O modelo da categorização nas investigações sobre a identidade em psicologia social parte da extensão das suas explicações no domínio da percepção de

estímulos físicos aos diferentes níveis de análise em psicologia social. De facto, o domínio dos grupos sociais presta-se facilmente a uma análise em termos de categorias. Algumas dessas divisões encontram-se inscritas nos próprios corpos através de “marcadores biológicos” como a cor da pele, o sexo e as deficiências, mas não são independentes de outras que resultam mais directamente das posições sociais que os indivíduos ocupam, ligadas com o estatuto, o prestígio e o poder.

A este respeito, Durkheim e Mauss (1901-1902) avançaram mesmo a hipótese de que aí residiria a génese histórica da actividade de classificação: “longe de (...) terem sido as relações lógicas das coisas que serviram de base às relações sociais dos homens, na realidade foram estas que serviram de protótipo àquelas. (...) As primeiras categorias lógicas foram categorias sociais” (p. 67). Num certo sentido, o modelo da categorização segue o percurso inverso daquele que é preconizado por Durkheim e Mauss: inicialmente elaborado para dar conta da categorização na percepção de objectos físicos, vai-se complexificando à medida que vai incorporando novos dados provenientes da análise das “relações sociais dos homens”.

A origem dos trabalhos de Tajfel, neste domínio, encontra-se nas investigações “gestaltistas” sobre a percepção e, particularmente, das suas relações com a motivação no quadro da corrente que ficou conhecida pela designação de *new look*, marcada pelos trabalhos de Bruner nos anos 50. Numa revisão de várias investigações acerca da sobreestimação perceptiva de objectos ou estímulos com valor para os sujeitos, Tajfel (1957) assinala a consistência de resultados que mostravam existir uma acentuação das diferenças entre estímulos com diferente valor. É de sublinhar que Tajfel sugere, desde logo, uma extensão desse fenómeno de acentuação dos contrastes às categorias sociais, isto é, a categorias com um “valor social”, identificadas por traços (como a cor da pele e o aspecto dos rostos) associados a indivíduos pertencentes a categorias sociais diferentes (Tajfel, 1957, pp. 202-3).

Na explicação então avançada, a acentuação dos contrastes visa evitar erros na identificação de objectos de diferente valor e baseia-se num processo cognitivo universal – a categorização – que permite a apreensão simplificadora de uma realidade complexa. Dois efeitos caracterizam a simplificação decorrente da categorização: o efeito de contraste ou de diferenciação entre categorias (ou seja, uma acentuação das diferenças entre as categorias) e o efeito de assimilação (ou seja, uma acentuação das semelhanças no interior duma mesma categoria).

É nesses efeitos de categorização que se centrarão os desenvolvimentos posteriores do modelo, sobretudo, na sua extensão às categorias sociais. Trata-se de

uma aplicação dos processos estudados na percepção de estímulos físicos ao domínio das categorias sociais que terá consequências importantes na evolução desse modelo. Uma das diferenças importantes que essa passagem acarreta de imediato é que, tratando-se de categorias sociais, os próprios indivíduos “categorizadores” situam-se no interior do sistema de categorias, o que não é desprovido de implicações para as explicações propostas.

Categorização social e identidade social

Todavia, nestas formulações iniciais, o conceito de identidade não entra ainda no modelo. Isso apenas acontecerá mais tarde, quando as investigações realizadas com o paradigma dos grupos mínimos (Tajfel, Flament, Billig & Bundy, 1971) mostram que pode bastar a existência de uma categorização social em termos de um endogrupo e de um exogrupo para que se manifestem comportamentos de discriminação entre grupos. É para dar conta desse tipo de fenómeno que, posteriormente, o conceito de identidade é introduzido, através de uma extensão, a este nível, da teoria da comparação social de Festinger (1954). Tajfel (1972, p. 292) define a identidade social de um indivíduo como estando “ligada ao conhecimento da sua pertença a certos grupos sociais e à significação emocional e avaliativa que resulta desta pertença”. De acordo com a explicação proposta, os indivíduos adquirem uma identidade social pela pertença a diferentes grupos e a necessidade de uma avaliação positiva de si próprio requer que estabeleçam comparações intergrupos que sejam favoráveis ao seu grupo.

Ao colocar a identidade no centro da análise das relações entre grupos, estas concepções distinguem-se de outras teorias existentes na altura e que procuravam articular o psicológico e o sociológico no estudo das relações entre grupos. Nem a noção de um “destino comum”, na acepção de Rabbie e Horwitz (1969), nem a necessidade de considerar os projectos dos grupos e a noção de interdependência, enfatizada por Sherif (1958/2001, 1966), se encontram nestas concepções de Tajfel. Em particular, o contraste com a teoria dos conflitos reais é claro: na teoria de Sherif, os aspectos psicológicos não aparecem como determinantes, mas como determinados pelas relações reais, objectivas entre grupos (Taylor & Moghaddam, 1994, p. 35). É quase o inverso com a teoria da identidade social que se caracteriza pela primazia do psicológico ou do cognitivo, interessando-se especialmente pelos efeitos autónomos que os “aspectos ‘subjectivos’ da pertença grupal podem ter sobre o comportamento intragrupo e intergrupo” (Licata, 2007, p. 21).

Como tem sido assinalado (cf., entre outros, Amâncio, 2002, p. 396; Marques &

Paéz, 2002, p. 371) esta concepção, cujas explicações assentam na ligação entre categorização social, comparação social e identidade social, ultrapassa uma perspectiva estritamente cognitiva. De facto, através dos processos de comparação social e de identidade social, a explicação proposta integra a análise dos procesos cognitivos no plano da análise das relações entre grupos. Todavia, o modelo explicativo proposto, não deixa de se situar no plano individual, como sublinham, por ex., Amâncio (2002) e Deschamps e Devos (1998), uma vez que assenta exclusivamente em dois processos psicológicos básicos e supostamente universais: um mecanismo cognitivo (a categorização) e um mecanismo motivacional (a necessidade de uma avaliação positiva de si próprio).

Por outro lado, na explicação proposta, há como que uma redução dos grupos à instrumentalização da necessidade básica motivacional postulada no modelo. Ora, como diz Lorenzi-Cioldi (1988),

os grupos não são instrumentos à mercê dos desejos e necessidades fundamentais de um indivíduo pré-existente. Este não usa os grupos à sua vontade para satisfazer uma necessidade de identidade pessoal positiva. Bem pelo contrário, são os grupos que estão na origem da expressão desse desejo. (p. 29)

O *continuum* individual-social

Tendo começado por colocar a tónica da identidade na pertença a um grupo, alguma atenção à identidade pessoal veio progressivamente a ser prestada por Tajfel em termos de um *continuum* entre os seus aspectos mais pessoais e os seus aspectos mais sociais.

No pólo *interindividual* desse *continuum*, as interações são determinadas apenas pelas características dos indivíduos e das relações interpessoais, enquanto no pólo *intergrupo* as interações são determinadas apenas pelas pertenças categoriais dos indivíduos. Trata-se de um *continuum* teórico, sendo “improvável que formas ‘puras’ deste[s] extremo[s] possam ser encontradas em situações sociais ‘reais’” (Tajfel & Turner, 1979/2001, p. 95). Um dos interesses teóricos deste conceito é que ele está associado a outras oposições, podendo ser útil na análise das estratégias que os indivíduos adoptam para mudar uma situação desfavorável para a sua identidade, ou seja, inadequada para assegurar uma identidade positiva.

Os factores que conduzem à adopção de diferentes estratégias (individuais ou colectivas) nessas situações são conceptualizados em termos de uma oposição entre sistemas de crenças baseados na *mobilidade social* e na *mudança social*. Nos

primeiros, o “pressuposto base é a flexibilidade e permeabilidade do sistema que permite um movimento inteiramente livre dum grupo para o outro das unidades individuais que o compõem” (Tajfel, 1978/1983, p. 280). Um bom exemplo, é a tradicional ideia liberal americana de sucesso, ou seja, a crença de que é possível pelo talento, pelo esforço, pelo trabalho árduo mover-se para um outro grupo. No outro pólo, situar-se-ia a mudança social que corresponderia à crença de que o indivíduo “está cercado pelas paredes do grupo social de que é membro; de que não pode deslocar-se do seu próprio grupo para outro a fim de melhorar ou mudar a sua posição, ou condições de vida”. Assim sendo, “a única maneira de mudar estas condições (...) é em conjunto com o seu grupo como um todo, enquanto membro desse grupo” (Tajfel, 1978/1983, p. 280). O que corresponde, por ex., a um sistema de castas baseado na ideia de raça ou a certas formas de desigualdade económica e social.

Ao “sistema de crenças baseadas na mudança social” estão associadas estratégias colectivas, designadamente a criatividade social e a competição social. A criatividade social pode concretizar-se de diferentes formas, como as que são referidas por Taifel e Turner (1979/2001): a) introdução de novas dimensões de comparação, nas quais o endogrupo possa ser considerado superior ao endogrupo (cf. Lemaine, 1966, 1974); b) mudança do valor das características atribuídas ao grupo, por ex., o caso do *black is beautiful*, em que uma característica negativa do grupo – a cor da pele – passou a ter um valor positivo; c) mudança do exogrupo que serve de comparação, em especial, abandono do exogrupo de elevado estatuto como termo de comparação. Quanto à competição social, ela traduz-se num confronto directo com o exogrupo, envolvendo situações de conflito e de antagonismo na acepção da teoria dos conflitos reais.

Nesta versão, trata-se claramente de uma teoria da mudança social, integrando diferentes níveis de análise em psicologia social (Doise, 1982) e com vasto alcance societal e político.

O antagonismo individual-social

Mas, em boa medida, estas ideias sofrerão uma “radicalização psicológica” (Amâncio, 2002, p. 398) com as revisões de Turner. Primeiro, no âmbito de uma “redefinição cognitiva” da noção de grupo, Turner (1981, p. 98) faz corresponder à identidade pessoal o comportamento interpessoal e à identidade social o comportamento intergrupo. Como dizem Deschamps e Devos (1998, p. 5), no primeiro caso, trata-se da diferenciação entre o *self* e outros indivíduos, no segundo caso, trata-se da diferenciação entre “nós” e “eles”. Posteriormente, Turner, Hogg, Oakes, Reicher e Wetherell (1987; cf., também, Turner & Oakes, 1986) introduzem

o postulado de um sistema de autocategorização com três níveis hierárquicos e inclusivos de categorização: como ser humano, como membro de um grupo e como indivíduo singular. Nestes desenvolvimentos da teoria da identidade social, o *continuum* entre aspectos psicológicos e sociológicos da identidade toma a forma de um “antagonismo funcional” (Turner et al., 1987, p. 49) entre níveis de autocategorização e desaparece a articulação com factores de ordem sociológica na interpretação das oscilações entre os dois pólos?

O antagonismo entre o nível de categorização do *self* e o dos grupos é também um antagonismo entre a identidade pessoal e a identidade social. Uma faz-se contra a outra e a identidade social absorve a expressão das especificidades individuais através da “despersonalização da autopercepção”, que consiste num processo de auto-estereotipia (Turner et al., 1987, p. 50). Pela despersonalização, a percepção de si próprio como indivíduo singular, diferente dos outros, cede lugar à semelhança, à equivalência e à intermutabilidade dos membros de uma categoria (Turner et al., 1987, p. 50). A definição de uma identidade colectiva só pode acontecer com sacrifício das suas manifestações individuais, despersonalizando os indivíduos.

De um modo geral, este modelo é marcado pela ideia de uma incompatibilidade entre identidade pessoal e identidade social. E, sobretudo, como dizem Deschamps e Devos (1998),

no conjunto, estes estudos dão a impressão de que é difícil libertarmo-nos desta oposição entre o individual e o colectivo e que estamos apanhados na armadilha de uma análise dicotómica, de acordo com a qual a semelhança e a diferença, a identidade social e a identidade pessoal, são dois pólos que dependem negativamente um do outro. (p. 8)

De facto, e sintetizando, nas suas diferentes formulações, o modelo da categorização fornece uma solução simples e elegante ao problema da semelhança e da diferença. Estas verificam-se ou entre indivíduos ou entre grupos, as duas não podem ocorrer em simultâneo. Mas será que é mesmo assim? Não poderá haver formas de expressão identitária com alguma “cumplicidade” (Lorenzi-Cioldi, 1988, p. 27) entre as suas manifestações individuais e as suas manifestações colectivas? Os aspectos colectivos da identidade conduzem sempre e inevitavelmente a uma fusão das especificidades individuais com as características do grupo?

2 Também por isso, é de salientar a importância do recente estudo de Reicher e Haslam (2006), onde a permeabilidade da fronteira entre grupos é manipulada numa experiência que não se reduz a uma replicação do estudo da prisão de Stanford, mas que é, antes de mais, como dizem os próprios autores, sobre relações entre grupos numa situação de desigualdade (Cf. Valentim & Doise, no prelo).

2. Eu vs. Outro, Nós vs. Eles

Diferenciação do endogrupo

Em oposição a estas concepções, existiam, desde os anos 70 (cf., por ex., Doise, 1976), um conjunto de estudos empíricos que mostravam que semelhança e diferença, diferenciação e indiferenciação podem ocorrer em simultâneo. Acontece que, na altura, esses resultados apareciam como estranhos ou “bizarros” (Doise, 1993, pp. 82-83; cf. também Deschamps, 2003) face ao que seria de esperar tendo em conta os efeitos da categorização. Todavia, as investigações de Deschamps sobre a hipótese da co-variação (cf. Deschamps, 1984) vieram mostrar que a diferenciação no interior do endogrupo pode ocorrer a par com a diferenciação entre grupos.

Este ponto foi também evidenciado nas investigações de J.-P. Codol, através daquilo que designou como “conformidade superior de si”, ou efeito PIP (de *Primus Inter Pares*) (Codol, 1975, 1984), segundo o qual os indivíduos mostram uma tendência para atribuírem a si próprios uma maior conformidade com as normas e valores do grupo que aos outros membros do grupo. Ou seja, estes dados mostram a existência de situações nas quais os indivíduos procuram “ao mesmo tempo” mostrar a sua diferença e afirmar a sua semelhança” (Codol, 1984, p. 524; it. no orig.).

Entretanto, esta questão foi-se enriquecendo (para uma síntese, cf. Lorenzi-Cioldi & Doise, 1994) deixando progressivamente de ser um dado “bizarro” para ganhar cada vez mais suporte empírico, multiplicando-se as investigações que convergem no sentido de que, a par com a homogeneização do exogrupo, pode ocorrer uma diferenciação no interior do endogrupo. Aí se incluem os estudos de Marques (1990; Marques & Paez, 1994) sobre o “efeito ovelha negra”, de acordo com o qual, “diferenciamos mais entre si os membros ‘bons’ e os membros ‘maus’ no caso do endogrupo do que no caso do exogrupo” (Marques & Paéz, 2002, p. 377).

Ou seja, uma série de estudos independentes revelam diversas facetas de que se pode revestir o *efeito de homogeneidade do exogrupo*, segundo o qual os membros de um exogrupo são percebidos de forma mais homogênea, menos diversificada que os do endogrupo, num processo do tipo “eles são todos semelhantes, mas nós somos todos diferentes”.

Trata-se de resultados que evidenciam alguns limites da teoria da identidade social, na medida em que as explicações de Tajfel e de Turner “não fazem distinções teóricas entre indivíduos (“eu” e os “outros”) desde que estejam pertencendo em jogo: é suposto que a categorização em grupos produza *ao mesmo tempo* a acentuação das diferenças entre grupos e a acentuação das semelhanças nos grupos” (Lorenzi-Cioldi & Doise, 1994, p. 80; it. no orig.).

3. O estatuto dos grupos

A hipótese de Deschamps (1982)

Baseando-se nos resultados de uma série de investigações exteriores à teoria da identidade social, Deschamps (1982) aventa a possibilidade das expressões da identidade se manifestarem de um modo diferente em função da pertença a um grupo “dominante” ou a um grupo “dominado”. Segundo a hipótese então avançada por Deschamps (1982), “os dominantes não se vêem a si próprios como determinados pelo seu grupo de pertença [...]. Vêem-se, acima de tudo, como seres humanos individualizados, singulares, sujeitos, actores voluntários, livres e autónomos. O seu grupo é antes de tudo uma colecção de pessoas”. Por seu lado, “os dominados são definidos como elementos indiferenciados de uma colecção de partículas impessoais e são mais vistos como ‘objectos’ que como ‘sujeitos’” (p. 90). Mais especificamente, de acordo com essa hipótese, o modelo da co-variação aplica-se especialmente a indivíduos pertencentes a grupos dominantes, enquanto para os membros dos grupos dominados “as características que são atribuídas aos seus grupos são suficientes para fornecer uma definição completa do que eles são” (Deschamps, 1982, p. 89).

Colecções e agregados

Deschamps (1982) terminava esse trabalho sublinhando que se tratava apenas de uma base para a discussão e de uma série de premissas que “precisavam ainda de bastante suporte” (p. 96). Desde então, esse suporte empírico tem chegado, particularmente através das investigações desenvolvidas na sequência dos trabalhos de Lorenzi-Cioldi (1988) com base na distinção conceptual entre os grupos de tipo *colecção* ou dominantes e os grupos *agregado* ou dominados. As investigações realizadas neste âmbito (por ex., Amâncio, 1989, 1994; Lorenzi-Cioldi, 1991) têm vindo a mostrar que, em termos de imagem de si próprio, as representações dos indivíduos dos grupos dominantes, em contraste com as dos grupos dominados, apresentam-se pouco dependentes dos estereótipos do grupo, “sublinhando a singularidade do *self*, comparativamente com outras pessoas, especialmente os membros do endogrupo” (Lorenzi-Cioldi, 1991, p. 405).

Um dos aspectos que este tipo de resultados evidencia é que a diferenciação intracategorial não é independente do estatuto dos grupos e a acentuação das semelhanças no interior da categoria de pertença, a despersonalização e a auto-estereotipia que a caracterizam, aplicam-se sobretudo aos membros dos grupos dominados.

Mas o papel do estatuto dos grupos na maior procura de semelhanças ou diferenças não se restringe apenas ao interior do grupo de pertença dos indivíduos.

A diferenciação do exogrupo

De facto, o efeito de homogeneidade do exogrupo, a que me referi atrás, não é universal (cf. Devos, Comby & Deschamps, 1996). Existem várias explicações alternativas para dar conta disso, mas a homogeneização do exogrupo encontra-se mais facilmente nos membros de grupos de elevado estatuto ou prestígio. O inverso ocorre frequentemente entre os indivíduos de grupos desfavorecidos, isto é, atribuem uma maior variabilidade aos membros de um exogrupo de estatuto superior que aos membros do seu próprio grupo (cf., por ex., Cabecinhas, 1994; Lorenzi-Cioldi, 1988, 1991; Mouro, Monteiro & Guinote, 2002; Valentim, 2003, pp. 151-153).

Como dizem Lorenzi-Cioldi e Doise (1994, p. 86), parece funcionar aqui aquilo que Bourdieu (1990, p. 24) designou por “lucidez dos excluídos”. Os trabalhos de Fiske (1993) mostram que uma posição de superioridade conduz os indivíduos a prestarem menos atenção às características dos membros de um grupo subordinado, passando-se o contrário com os indivíduos que pertencem a um grupo dominado. O que tem sentido, se tivermos em conta que as interações dos membros de grupos de baixo estatuto com os membros de grupos de estatuto superior são, geralmente, orientadas por estes e que aqueles ocupam aí um papel subordinado, tornando mais útil a elaboração de representações com uma maior complexidade e diferenciação sobre as pessoas do exogrupo dominante.

4. A identidade como representação social

Algumas investigações no domínio da identidade (Doise & Lorenzi-Cioldi, 1991; Palmonari, Carugati, Ricci Bitti & Sarchielli, 1979; Ravaud, Beaufils & Paicheler, 1986; Valentim, 2003, pp. 199-210) mostram a existência de uma grande semelhança entre as descrições de si próprio dadas por indivíduos pertencentes a diferentes grupos, a par com descrições de grupos muito contrastadas. Ou seja, não só não se verifica aí o processo de auto-estereotipia, como o que se verifica é a semelhança nas descrições individuais (atravessando as fronteiras entre os grupos) e a diferença, por vezes acentuada, nas descrições dos grupos.

As dificuldades que este tipo de resultados coloca ao estudo da identidade no quadro estrito da categorização social, constituem o ponto de partida para abordar a questão de uma outra forma: estudar como representações sociais, não só as imagens e os estereótipos intergrupos, mas também o *self* (Doise & Lorenzi-Cioldi, 1991). Nesta perspectiva, um ponto essencial a ter em conta é a intervenção de normas gerais, largamente partilhadas, sobre a singularidade do indivíduo

nas nossas sociedades. A ideia de um indivíduo único, separado das categorias, diferente dos outros e semelhante a si mesmo, definido-se a si próprio como uma identidade singular, relativamente estável e permanente é, seguramente, uma construção histórico-social da modernidade (Dumont, 1983; Farr, 1991; Geertz, 1979; Moscovici, 1990; Sampson, 1988), fundamental em diferentes níveis, nomeadamente, no ético e no jurídico. Mas isso não impede que seja, de facto, uma realidade psicossocial, orientando e regulando práticas e relações sociais, interindividuais e até do indivíduo para consigo mesmo, enquanto representação normativa sobre aquilo que é e que deve ser uma pessoa.

Faz sentido pressupor que essas concepções gerais assegurem um fundo (ou um campo) comum de características nas representações que os indivíduos fazem de si próprios. Trata-se de um saber comum que “é fortemente normativo e dá lugar a grandes semelhanças interindividuais.” O que não impede que se manifestem variações interindividuais, que “são igualmente importantes e que são organizadas ao longo de dimensões (...) que se referem às características das múltiplas relações nas quais os indivíduos participam” (Doise, 1998, pp. 19-20).

Por último, é de assinalar que este tipo de resultados (semelhança nas identidades individuais, diferenças nas identidades sociais) não coincide, nem com os estudos que mostram haver uma maior pregnância social na definição de si próprio por parte dos indivíduos pertencentes aos grupos dominados ou às minorias étnicas, nem com os que têm vindo a ser obtidos nos estudos sobre os grupos colecção e grupos agregado. De facto, independentemente de serem membros de grupos dominantes ou dominados, de minorias étnicas ou de grupos majoritários, o que se constata agora é uma semelhança nas descrições que os indivíduos fazem de si próprios. Ou seja, trata-se de situações em que mesmo os membros dos grupos dominados não aplicam a si próprios as características que atribuem aos seus grupos.

Conclusão

Procurei mostrar neste artigo como existe uma pluralidade de manifestações identitárias, de expressões da semelhança e da diferença, e como as normas, as representações das categorias e dos membros dessas categorias, podem regular as múltiplas formas de apresentação de si próprio. Aqui, como noutros domínios, a necessidade de articulação entre níveis de análise (Doise, 1982) revela-se particularmente útil para a investigação em psicologia social (Devos et al., 1996; Lorenzi-Cioldi & Doise, 1990), permitindo, não só dar conta de resultados que não

se enquadram bem num modelo intra-individual e universalista da identidade, como superar os obstáculos a que a dicotomia entre individual e colectivo tem conduzido algumas das propostas teóricas nesta área.

Tratando-se de um domínio no qual, em boa medida, as explicações estão em aberto, importa assinalar dois pontos. O primeiro, é o da existência de uma pluralidade de “padrões de diferenciação” intra e intergrupos (Doise & Lorenzi-Cioldi, 1989; Lorenzi-Cioldi & Doise, 1990). E o segundo é que, mesmo sendo assim, não devemos rejeitar o modelo da categorização dado que, em certas condições, ele se verifica. Como dizem Devos et al. (1996, p. 137), não se trata de sair em defesa “de uma conceptualização e rejeitar todas as outras, de uma vez por todas”, mas sim de “especificar as condições em que é provável que essas conceptualizações podem ser observadas”.

Por certo, haverá vantagens em não reduzir o estudo da identidade no contexto das relações entre grupos aos processos de categorização social e estes aos seus aspectos dedutivos. Procurar elucidar os processos pelos quais as variações nas expressões identitárias dos indivíduos se manifestam mais pela sua fusão nas categorias, por uma auto-estereotipia, ou, ao contrário, mais pela afirmação de uma individualidade singular (também ela, expressão de uma representação normativa) constitui, seguramente, uma via fecunda num domínio que não se tem caracterizado por articular o estudo da semelhança e da diferença, do individual e do colectivo.

Bibliografia

- Amâncio, L. (1989). Social differentiation between 'dominant' and 'dominated' groups: Toward an integration of social stereotypes and social identity. *European Journal of Social Psychology*, 19, 1-10.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*. Porto: Afrontamento.
- Amâncio, L. (2002). Identidade social e relações intergrupais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social* (5ª ed., pp. 387-409). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bourdieu, P. (1990). La domination masculine. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 84, 2-31.
- Cabecinhas, R. (1994). *Assimetrias na Percepção dos Outros. Para uma Abordagem Psicossociológica do Processamento de Informação sobre Grupos Sociais*. Tese de mestrado. Lisboa: ISCTE.
- Codol, J.-P. (1975). On the so-called “Superior conformity of the self” behavior: Twenty experimental investigations. *European Journal of Social Psychology*, 5, 457-501.
- Codol, J.-P. (1984). Différenciation et indifférenciation social. *Bulletin de Psychologie*, 37 (365), 515-529.
- Deschamps, J. C. (1982). Social identity and relations of power between groups. In H. Tajfel

(Ed.), *Social identity and intergroup relations* (pp. 85-98). Cambridge: Cambridge University Press.

- Deschamps, J. C. (1984). Identité sociale et différenciations catégorielles. *Cahiers de Psychologie Cognitive*, 4, 449-474.
- Deschamps, J. C. (2003). Identidade e relações de poder em contexto intergrupais. In M. L. Lima, P. Castro & M. Garrido (Eds.), *Temas e Debates em Psicologia Social* (pp. 57-72). (D. Lopes, trad.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Deschamps, J. C., & Devos, T. (1998). Regarding the relationships between social identity and personal identity. In S. Worchel, J. F. Morales, D. Páez, & J.-C. Deschamps (Eds.), *Social identity. International perspectives* (pp. 1-12). London: Sage.
- Devos, T., Comby, L., & Deschamps, J.-C. (1996). Asymmetries in judgements of ingroup and outgroup variability. In W. Stroebe & M. Hewstone (Eds.), *European Review of Social Psychology: Vol. 7* (pp. 95-144). Chichester: John Wiley & Sons.
- Doise, W. (1976). *L'articulation psychosociologique et les relations entre groupes*. Bruxelles: De Boeck.
- Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Paris: PUF.
- Doise, W. (1993). *Logiques sociales dans le raisonnement*. Paris: Delachaux et Niestlé.
- Doise, W. (1998). Social representations in personal identity. In S. Worchel, J. F. Morales, D. Páez, & J.-C. Deschamps (Eds.), *Social identity. International perspectives* (pp. 13-23). London: Sage.
- Doise, W., & Lorenzi-Cioldi, F. (1989). Patterns of differentiation within and between groups. In J. P. Oudenhoven & T. M. Willemsen (Eds.), *Ethnic minorities. Social psychological perspectives* (pp. 43-58). Amsterdam: Swets & Zeitlinger.
- Doise, W., & Lorenzi-Cioldi, F. (1991). L'identité comme représentation sociale. In V. Aebischer, J.-P. Deconchy, & E. M. Lipiansky (Eds.), *Idéologies et représentations sociales* (pp. 273-286). Cusset: DelVal.
- Dumont, L. (1983). *Essais sur l'individualisme*. Paris: Seuil.
- Durkheim, E., & Mauss, M. (1901/1902). De quelques formes primitives de classification. Contribution à l'étude des représentations collectives. *L'Année Sociologique*, 1, 1-72.
- Farr, R. (1991). Individualism as a collective representation. In V. Aebischer, J.-P. Deconchy, & E. M. Lipiansky (Eds.), *Idéologies et représentations sociales* (pp. 129-143). Cusset: DelVal.
- Festinger, L. (1954). A theory of social comparison processes. *Human Relations*, 7, 117-140.
- Fiske, S. T. (1993). Controlling other people. The impact of power on stereotyping. *American Psychologist*, 48, 621-628.
- Geertz, C. (1979). From the native's point of view: on the nature of anthropological understanding. In P. Rabinow & W. M. Sullivan (Eds.), *Interpretative social science* (pp. 225-241). Berkeley: University of California Press.
- Lemaine, G. (1966). Inégalité, comparaison et incomparabilité: esquisse d'une théorie de l'originalité sociale. *Bulletin de Psychologie*, 20, 24-32.
- Lemaine, G. (1974). Social differentiation and social originality. *European Journal of Social Psychology*, 4, 17-52.
- Licata, L. (2007). La théorie de l'identité sociale et la théorie de l'auto-catégorisation: le Soi, le groupe et le changement social. *Revue électronique de Psychologie Sociale*, 1, 19-33. Disponível em: <<http://RePS.psychologie-sociale.org>>.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1988). *Individus dominants et groupes dominés*. Grenoble: Presses

- Universitaires de Grenoble.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1991). Self-stereotyping and self-enhancement in gender groups. *European Journal of Social Psychology*, 21, 403-417.
- Lorenzi-Cioldi, F., & Doise, W. (1990). Levels of analysis and social identity. In D. Abrams & M. A. Hogg (Eds.), *Social Identity Theory: Constructive and critical advances* (pp. 71-88). New York: Springer-Verlag.
- Lorenzi-Cioldi, F., & Doise, W. (1994). Identité sociale et identité personnelle. In R. Y. Bourhis & J.-P. Leyens (Eds.), *Stéréotypes, discrimination et relations intergroupes* (pp. 69-96). Liège: Pierre Mardaga.
- Marques, J. (1990). The black-sheep effect: Out-group homogeneity in social comparison settings. In D. Abrams & M. A. Hogg (Eds.), *Social identity theory: Constructive and critical advances* (pp. 131-151). New York: Harvester Wheatsheaf.
- Marques, J., & Paéz, D. (1994). The «black sheep effect»: Social categorization, rejection of ingroup deviates, and perception of group variability. *European Review of Social Psychology: Vol. 5* (pp. 37-68). Chichester: John Wiley & Sons.
- Marques, J., & Paéz, D. (2002). Processos cognitivos e estereótipos sociais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social* (5ª ed., pp. 333-386). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mead, G. H. (1934/1963). *L'esprit, le soi et la société*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1990). The generalized self and mass society. In H. Himmelweit & G. Gaskell (Eds.), *Societal Psychology* (pp. 66-91). London: Sage.
- Mouro, C., Monteiro, M. B., & Guinote, A. (2002). Estatuto, identidade étnica e percepção de variabilidade nas crianças. *Psicologia*, 16 (2), 387-408.
- Palmonari, A., Carugati, F. Ricci Bitti, P., & Sarchielli, G. (1979). *Identità imperfette*. Bologna: Mulino.
- Rabbie, J. M., & Horwitz, M. (1969). Arousal of ingroup-outgroup bias by a chance win or loss. *Journal of Personality and Social Psychology*, 13, 269-277.
- Ravaud, J. F., Beaufils, B., & Paicheler, H. (1986). Handicap et intégration sociale. *Sciences Sociales et Santé*, 3-4, 167-194.
- Reicher, S., & Haslam, A. (2006). Rethinking the psychology of tyranny: The BBC prison study. *British Journal of Social Psychology*, 45, 1-41.
- Sampson, E. E. (1988). The debate on individualism. Indigenous psychologies of the individual and their role in personal and societal functioning. *American Psychologist*, 43 (1), 15-22.
- Sherif, M. (1958/2001). Superordinate goals in the reduction of intergroup conflict. In M. A. Hogg & D. Abrams (Eds.), *Intergroup relations: Essential readings* (pp. 64-70). Philadelphia: Psychology Press.
- Sherif, M. (1966). *In common predicament*. Boston: Houghton Mill.
- Tajfel, H. (1957). Value and the perceptual judgment of magnitude. *Psychological Review*, 64, 192-204.
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Introduction à la psychologie sociale: Vol. 1* (pp. 272-302). Paris: Larousse.
- Tajfel, H. (1978/1983). *Grupos Humanos e Categorias Sociais. Vol. 2* (L. Amâncio, trad.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H., Flament, C., Billig, M., & Bundy, R. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-177.

- Tajfel, H., & Turner, J. (1979/2001) An integrative theory of intergroup conflict. In M. A. Hogg & D. Abrams (Eds.), *Intergroup relations: Essential readings* (pp. 94-109). Philadelphia: Psychology Press.
- Taylor, D., & Moghaddam, F. (1994). *Theories of intergroup relations: International social psychological perspectives*. London: Praeger.
- Turner, J. C. (1981). Towards a cognitive redefinition of social group. *Cahiers de Psychologie Cognitive*, 1, 93-118.
- Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S. D., & Wetherell, M. S. (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. Oxford: Blackwell.
- Turner, J. C., & Oakes, P. J. (1986). The significance of the social identity concept for social psychology with reference to individualism, interactionism and social influence. *British Journal of Social Psychology*, 25, 237-252.
- Valentim, J. P. (2003). *Identidade e Lusofonia nas Representações Sociais de Portugueses e de Africanos*. Tese de doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Valentim, J. P., & Doise, W. (no prelo). De um estado de facto a um estado de direito: elementos de psicologia social normativa. In A. C. Fonseca (Ed.), *Psicologia e Justiça*. Coimbra: Nova Almedina.

Identité personnelle et sociale: entre la similitude et la différence

L'étude de l'identité dans le contexte des relations entre groupes vient mettant en question l'inévitabilité de la dichotomie entre l'individuel et le collectif et de l'adéquation des propositions théoriques basées dans un schème de catégorisation rigide entre "nous" et "eux". Dans cet article on procède à une brève révision et discussion de ces questions dans le domaine de la psychologie sociale. Une attention spéciale est donnée aux travaux qui mettent en évidence le rôle structurant que les normes et les représentations sociales sur l'individu, les catégories sociales et les membres de ces catégories peuvent avoir dans la modulation des expressions de la similitude et de la différence.

MOTS-CLÉ: catégorisation sociale; identité personnelle; identité sociale; relations intergroupes; représentations sociales

Personal and social identity: Between similarity and difference

The study of identity in intergroup relations context, has been questioning the individual/collective dichotomy as well as the taken for granted theoretical propositions based on a strict "us" vs. "them" categorization scheme. This article re-examines and discuss these issues in the domain of social psychology. A special attention is given to research and conceptual interpretations which provide evidence about the organizing role that social norms and representations on the individual, on social categories and on the members of these categories can have in the modulation of similarity and difference expressions.

KEY-WORDS: social categorization; personal identity; social identity; intergroup relations; social representations.